



EDITAL Nº 017/2026

LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 48, I, DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 147/2014 E Nº 155/2016, E DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 253/2018, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 364/2025.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3349/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

O Município de Bom Jardim/RJ, através do Fundo Municipal de Educação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, no modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 4.558/2023, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (com as alterações posteriores), da Lei Complementar Municipal nº 253/2018 e Lei Complementar Municipal nº 364/2025, e demais legislação aplicável, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, conforme cronograma abaixo:

DATA 29/07/2026 E HORA às 14 h e 00 min	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE (https://www.licitanet.com.br/)
DATA 14/08/2026 E HORA às 09 h e 30 min	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (https://www.licitanet.com.br/)
DATA 14/08/2026 E HORA às 09 h e 31 min	ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS (https://www.licitanet.com.br/)
Tão logo encerrada a Análise Preliminar das Propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (https://www.licitanet.com.br/)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

LOCAL DA SESSÃO DO CERTAME : A LICITANET – Licitações On-line atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

Modo de Disputa: Aberto

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da LICITANET – Licitações On-line**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET – Licitações On-line” constante na página da internet. (<https://www.licitanet.com.br/>).

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados nos seguintes endereços eletrônicos:

1. no site <https://www.licitanet.com.br/>
2. no link <https://www.bomjardim.rj.gov.br>
3. no endereço de e-mail licitacao@bomjardim.rj.gov.br



O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

O fornecimento do edital será preferencialmente através do sítio <https://www.licitanet.com.br/>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (Portal Nacional de Contratações Públicas) e no <https://www.bomjardim.rj.gov.br> independentemente de qualquer pagamento.

A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessários ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas nesta Licitação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01**.

O encaminhamento da proposta poderá ocorrer até o dia **14/08/2026** no horário limite de início da sessão pública. Durante esse período, o licitante poderá incluir ou excluir sua proposta.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, sendo: PT. 14.310.12.361.0054.2.216, ND. 3390.30.00, Cod. Reduzido: 1867.

DO OBJETO

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 – O objeto desta licitação é a **aquisição de brinquedos, jogos e materiais pedagógicos para atender à Escola em Tempo Integral Leopoldo Erthal, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação**, cujas especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência, constante do **ANEXO I**.

1.2 – A licitação será composta por um item, conforme tabela constante no item 1.4.3.

1.3 – DETALHAMENTO DO OBJETO

Vide Termo de Referência

1.4 – DA PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO

1.4.1 – O custo estimado total da contratação é de **R\$ 94.239,94 (noventa e quatro mil e duzentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos)**.

1.4.2- O preço poderá sofrer alteração:

1.4.2.1 – Os valores poderão ser alterados, com as devidas justificativas, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4.2.2 – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados;

1.4.2.3 – serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.4.2.4 – poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.4.3 – PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO UNITÁRIO/GRUPO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA, Material plástico, retangular, transparente,	UNID	20	83,20	1.664,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 30 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.				
02	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA , Material plástico, retangular, transparente, com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 45 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	20	93,15	1.863,00
03	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA , Material plástico, retangular, transparente, com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 80 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	20	165,71	3.314,20
04	ESPELHO RETANGULAR DE CHÃO COM SUPORTE CORPO INTEIRO . Medidas aproximadas mínimas: 100x30cm. Espessura da Moldura: 4cm, preto. Moldura em ABS com pintura em tons fosco/fosco de alta resistência. Espelho 3mm. Proteção no verso do espelho e kit de instalação (suporte) incluso. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	305,87	611,74
05	ESTOJO PARA HIGIENE PESSOAL (TIPO NECESSAIR) COM ALÇA E LISAS Desenho do tecido: Lisa; Tipo de fechamento: zíper. Quantidade de compartimentos; 01. Material principal: nylon. Dimensões: 17cm de comprimento x 9cm de largura x 11cm de altura. Cor: azul marinho. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	90	39,90	3.591,00
06	GARRAFA Squeeze Térmica , 350ml, Inox, Tampa Abre e Fecha Fácil, Conserva Bebidas Geladas por 24h (Azul) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	90	40,62	3.655,80
07	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA . Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO P medidas aproximadas (4-6) - 52-58cm (Busto) 56-62cm (Cintura) 68cm (Comprimento). Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	239,93	479,86
08	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA . Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO M medidas aproximadas (8-10) - 60-66cm (Busto) 62-68cm (Cintura) 83cm (Comprimento). Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	208,96	417,92
09	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA . Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda. TAMANHO G medidas	UNID	02	309,64	619,28



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	aproximadas (10-12) - 64-72cm (Busto) 66-74 cm (Cintura) 103cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.				
10	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA. Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO GG medidas aproximadas (14-16) - 72-80cm (busto) 74-82 (Cintura) 125cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	336,52	673,04
11	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO P medidas aproximadas (4-6) - 52-58cm (Busto) 56-62cm (Cintura) 68cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	124,89	249,78
12	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster. No mínimo 5 peças. TAMANHO M medidas aproximadas (8-10) - 60-66cm (Busto) 62-68cm (Cintura) 83cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	178,81	357,62
13	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa. Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO G medidas aproximadas (10-12) - 64-72cm (Busto) 66-74 cm (Cintura) 103cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	178,81	357,62
14	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO GG medidas aproximadas (14-16) - 72-80cm (busto) 74-82 (Cintura) 125cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	178,81	357,62
15	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor rosa claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10	138,19	1.381,90
16	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor rosa claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10	138,19	1.381,90
17	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor azul claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10	138,19	1.381,90



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

18	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor azul claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10	138,19	1.381,90
19	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor amarelo. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10	138,19	1.381,90
20	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor amarelo. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10	138,19	1.381,90
21	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU - Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho M (veste 5 a 6 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	03	139,14	417,42
22	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU -Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho G (veste 7 a 8 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	03	139,14	417,42
23	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU -Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho GG (veste 9 a 11 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	03	139,14	417,42
24	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho P.: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	184,12	368,24
25	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho M: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	184,12	368,24
26	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho G: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	182,22	364,44
27	FANTASIA FOLCLORE INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA -01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha	UNID	02	243,25	486,50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.				
28	FANTASIA FOLCLORE INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA -01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	232,77	465,54
29	FANTASIA FOLCLORE INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA -01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02	232,77	465,54
30	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster.Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05	169,23	846,15
31	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster.Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05	169,23	846,15



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

32	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05	169,23	846,15
33	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho GG. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05	169,23	846,15
34	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05	133,28	666,40
35	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05	133,28	666,40
36	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05	133,28	666,40
37	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho GG. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05	133,28	666,40
38	FECHO DE CONTATO ADESIVADO, SIMILAR AO VELCRO – Medidas aproximadas: Largura: 25mm (2,5cm) - Comprimento- 5 Metros de velcro macho - 5 Metros de velcro fêmea - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Composição: poliéster e poliamida. O adesivo está presente nas duas faces da fita. Rolo com no mínimo 5m. Produto aprovado pelo INMETRO.	ROLO	30	44,89	1.346,70
39	JOGO DE GOLFE EDUCATIVO PARA CRIANÇA. Inclui 2 tacos de golf infantis, 2 bolinhas coloridas e 2 buracos de golfe com bandeirinhas. Material: plástico. Dimensões Aproximadas: Tacos: 40 cm de	UNID	06	51,02	306,12



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	comprimento; bolinhas: 5 cm de diâmetro. Buracos com bandeira: 10 cm de diâmetro. Produto aprovado pelo INMETRO.				
40	JOGO DA MEMÓRIA EM INGLÊS. Com no mínimo 40 peças em MDF a partir de 4 anos. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15	44,38	665,70
41	JOGO DE QUEBRA-CABEÇA EM INGLÊS SOBRE ANIMAIS. No mínimo 26 peças em MDF. Dimensões aproximadas do produto (cm): 26 x 5 x 25 (alt x larg x comp). A partir de 4 anos Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15	44,27	664,05
42	JOGO COM FRUTAS E VEGETAIS EM INGLÊS . Com no mínimo 50 peças em MDF. 14 cartinhas, Cestinha e 40 fichas em MDF. A partir dos 3 anos. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15	47,67	715,05
43	JOGO DE TABULEIRO EM INGLÊS. A partir dos 5 anos de idade.Quantidade mínima de itens: 54 cartelas, 4 tabuleiros, 1 saco plástico. Papel, papel-cartão e polietileno. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15	65,11	976,65
44	JOGO LOTO LEITURA EM INGLÊS. Composto por no mínimo 156 peças, sendo 6 placas com 5 desenhos em cada uma, relativos a palavras com 4 letras: 30 palavras e as letras correspondentes, avulsas. Dimensões aproximadas do produto 20X 20X 7cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15	96,90	1.453,50
45	JOGO DE DOMINÓ EM INGLÊS. Composto por no mínimo 28 peças em MDF. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15	38,82	582,30
46	JOGO DA MEMÓRIA DAS CORES EM INGLÊS. Com no mínimo 30 peças em MDF. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15	46,14	692,10
47	KIT DE TACOS/BETS COM BOLINHA DE TÊNIS. Tacos com aproximadamente de 66cm com empunhadora emborrachada; 02 (duas) casinhas em madeira; 02 (uma) bola de borracha. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	10	58,29	582,90
48	KIT DE BADMINTON: 02 raquetes (altura aproximada: 60 cm), 03 petecas e 01 bolsa. Tamanhos aproximados Peteca: 6g. 6,5cm X 6,5cm X 8,5 Cm. Dimensões aproximadas da raquete: 60cm X 20cm X 3 Cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	06	100,77	604,62
49	KIT FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA: com no mínimo 6 personagens, mãe, pai, filho, filha, avô e avô. Tamanho mínimo de 40 x 30 cm. Confeccionados em espuma, malha, tecido, feltro, fibra e ribana, com boca em plástico PET revestido de feltro,	KIT	03	221,64	664,92



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	com olhos de plástico. Produto aprovado pelo INMETRO.				
50	KIT FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA: com no mínimo 6 personagens, mãe, pai, filho, filha, avó e avô. Tamanho mínimo de 40 x 30 cm. Confeccionados em espuma, malha, tecido, feltro, fibra e ribana, com boca em plástico PET revestido de feltro, com olhos de plástico. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	03	139,30	417,90
51	KIT FANTOCHE ANIMAIS DOMÉSTICOS: com no mínimo 07 personagens. Medida personagens entre: 26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A. PERSONAGENS: Vaca, Cachorro, Cavalo, Gato, Ovelha, Pintinho e Porco. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	03	223,63	670,89
52	KIT FANTOCHE NATUREZA, com no mínimo 07 personagens. Medida personagens entre: 26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A. PERSONAGENS: Sol, Lua, Estrela, Árvore, Flor, Nuvem e Fogo. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	03	177,30	531,90
53	KIT FANTOCHE PROFISSÕES, com no mínimo 06 personagens. Medida personagens entre: 26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A. PERSONAGENS: Guarda, Bombeiro, Enfermeira, Pescador, Cozinheiro, Professora e Palhaço. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	03	195,10	585,30
54	PACOTE DE PENAS COLORIDAS PARA ARTESANATO – coloridas. Tamanho variando entre 15cm e 25cm. PCT com 100. Produto aprovado pelo INMETRO.	PCT	05	31,56	157,80
55	PIÃO: Pião de madeira de reflorestamento com ponta arredondada. Tamanho aproximado: 10 cm altura x 4,5 Largura. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15	6,64	99,60
56	PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO – Petseal A4 (220x307x 0,05mm) Cx C/ 50 Pcs. Produto aprovado pelo INMETRO.	PCT	150	48,80	7.320,00
57	POGOBAL. Material plástico. Dimensões mínimas Comprimento – Largura – Altura: 28cmx28cmx33cm.. Para crianças acima de 5 anos. Peso máximo até 70kg. Selo do INMETRO	UNID	15	216,44	3.246,60
58	SKATE. Dimensões aproximadas: Comprimento do produto 50(cm) Largura do produto 20(cm) Altura do produto 11(cm) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	20	174,85	3.497,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

59	TABELA DE BASQUETE , TABELA Produzida c/ chapa fenólica naval impermeabilizada - à prova d'água Medidas aproximadas - 66 x 52 cm Espessura - 15 mm - Adesivada. ARO - 41 cm diâmetro. REDE UNID Confeccionada em nylon seda 8 mm, c/ 11 alças. Fixada no aro através de abraçadeiras de nylon. Produto aprovado pelo INMETRO.		02	331,95	663,90
60	TELA ALAMBRADO REVESTIDO PVC – Cor verde, fio 14, malha 7cm galvanizada, tamanho aproximado 1,90x25m. Rolo com 25m. Produto aprovado pelo INMETRO.	ROLO com 25m	15	1.201,14	18.017,10
61	TELA PARA PINTURA 20x30 - com. tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. brancura com 100% de dióxido de titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	50	13,63	681,50
62	TELA PARA PINTURA 40X50 , Tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. Brancura com 100% de dióxido de Titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	50	20,80	1.040,00
63	TELA PARA PINTURA 35X50 , Tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. Brancura com 100% de dióxido de Titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	50	36,98	1.849,00
64	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Azul Royal - 1,60m de largura 100% poliéster Gramatura: 120g/m linear. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	12,91	645,50
65	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Vermelho - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	12,82	641,00
66	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Amarelo - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	12,82	641,00
67	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Preto - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	12,82	641,00
68	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA – Verde Bandeira - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	12,82	641,00
69	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Laranja - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	12,82	641,00



70	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Branco - 1,80m de largura 100% poliéster Gramatura: 120g/m linear. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	14,32	716,00
71	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo azul floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	15,07	753,50
72	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo amarelo floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	14,84	742,00
73	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo vernelhoo floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	14,84	742,00
74	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo verde floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	14,84	742,00
75	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo laranja floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50	14,84	742,00
76	TINTA LIQUIDA PINTURA FACIAL HIPOALERGÊNICO KIDS 6 CORES. Estojo com 6 cores com no mínimo 15 ml: branca, preta, amarela, azul, verde e vermelha. No ato da entrega, o produto deverá apresentar um prazo de validade remanescente de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento definitivo pela instituição. Produto aprovado pelo INMETRO.	CAIXA com 6 unidades	50	31,88	1.594,00

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no **Licitanet**, observadas as exigências do cadastramento, que deverão ser atendidas até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas.

2.2. Os interessados deverão estar REGULARES no SICAF, com todos os níveis de cadastramento aplicáveis ATIVOS, no momento do envio das propostas. Recomenda-se, como boa prática, a conclusão ou atualização do cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública, a fim de permitir tempo hábil para a análise documental pela Unidade Cadastradora.

2.3. A participação nesta licitação é EXCLUSIVA para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Complementar Municipal nº 253/2018 e da Lei Complementar Municipal nº 364/2025, observado o art. 4º, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **O valor estimado de cada um dos itens (de forma isolada) é IGUAL OU INFERIOR a R\$ 80.000,00.**

2.4. Não poderão se beneficiar do tratamento diferenciado as pessoas jurídicas que se enquadrem nas vedações do art. 3º, §4º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.



2.5. Será admitida a participação de consórcios de empresas, observado o art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Em razão da exclusividade ME/EPP, o consórcio deverá ser formado integralmente por microempresas e empresas de pequeno porte.

2.6. Das vedações de participação (art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021)

2.6.1. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e de seus Anexos;

2.6.1.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.1.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.1.4. autor do anteprojeto, projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.1.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo;

2.6.1.6. pessoa física ou jurídica impedida em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.1.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante;

2.6.1.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;

2.6.1.9. pessoa condenada por exploração de trabalho infantil ou condições análogas à escravidão nos 5 anos anteriores;

2.6.1.10. agente público do órgão licitante (art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

3- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis.

3.3 – Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, **exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetara formulação das propostas** (art. 55, §1º, da Lei 14.133/2021).

3.4 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do pregão eletrônico, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.5 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

3.6 - Não será aceita em hipótese alguma petição contra o ato convocatório sem assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

3.7 - Os pedidos de impugnação, bem como a sua decisão, deverão ser no sistema, antes da data e horários previstos para abertura da sessão pública e estarão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>, para consulta dos fornecedores e da sociedade.

3.8 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.8.2 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação-

4 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:



- 4.1.1 Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- 4.1.2 Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 4.1.3 Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 4.1.4 Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 4.1.5 Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 4.1.6 Indicar o vencedor do certame;
- 4.1.7 Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- 4.1.8 Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

5. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL LICITANET

5.1 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

5.2 As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

5.2.1 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema LICITANET - Licitações online poderá ser esclarecida, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://www.licitanet.com.br/>.

5.2.2 As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços (sem qualquer informação que identifique o licitante) por meio do sistema eletrônico no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação".

6.2 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “<https://www.licitanet.com.br/>”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

7.2 O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3 As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

7.3.1 Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

7.3.1.1 Os materiais ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.



7.3.2 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse da Administração esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7.4 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR UNITÁRIO DO ITEM, VALOR TOTAL DO ITEM E VALOR TOTAL DA PROPOSTA**;

7.5 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.5.1 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.5.2- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

7.5.3- O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.5.4 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5.4.1 - A Administração não reembolsará ou indenizará qualquer custo operacional, tais como: frete, depósito, guarda de material e/ou bens; encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais; bem como quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.7 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle externo, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.6 – Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher os campos apropriados do sistema da LICITANET, **SENDO VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE POR QUALQUER MEIO.**

7.6.1 Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma LICITANET - Licitações online.

7.6.2 O licitante deverá apresentar a **PROPOSTA (sem elementos que o identifique).**

7.6.3 **Na hipótese de o objeto ser de marca própria do licitante, orientamos que conste, no caso de exigência, expressões como: “próprio”.**

7.7 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre os serviços licitados.

7.8 A etapa de encaminhamento das propostas será encerrada com a abertura da sessão pública.



7.8.1 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação (original) exigidos, **deverá ser ENVIADO na ordem em que foram solicitados**, por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

7.8.2 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

7.8.3 A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções legais cabíveis.

7.8.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8.5 Os documentos de habilitação somente serão solicitados ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o encerramento da fase de lances e da negociação, quando houver, observados os prazos estabelecidos neste Edital.

7.8.6 O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar o envio da proposta atualizada e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.8.7 O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.8.8 As propostas de preços registradas no Sistema LICITANET, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, em conformidade com o estabelecido neste Edital, o (a) Pregoeiro (a) abrirá a sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

8.1.1 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

8.2 - O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

8.3- As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definido para abertura da sessão pública, conforme indicação neste edital.

8.4 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.5 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

8.6 - Ocorrerá o início da etapa de lances, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital, devendo os licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

8.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.1- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01**.



8.7.2- A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.7.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.4- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.7.5- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) Pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.7.6- Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.8 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.9 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.12 Caso haja desconexão com o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando ao (a) Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado novo horário para a continuidade da sessão.

8.14 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “<https://www.licitanet.com.br/>”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

8.15 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16 Após o encerramento da fase de lances e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o (a) Pregoeiro (a) negociará a redução do preço com o seu detentor, para obtenção de condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

8.17 Após a DISPUTA do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta pelo critério de “MENOR PREÇO UNITÁRIO”, podendo negociar, pelo sistema eletrônico, encaminhando contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor POR ITEM, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para prestação dos serviços ou fornecimento de bens, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

8.18 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



- 8.19 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.20 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.21 O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.22 É facultado ao (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.23 Encerrada a disputa, o (a) Pregoeiro (a) comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 14.133/2021. O (a) Pregoeiro (a) verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação.
- 8.24 A inobservância aos prazos elencados neste edital, ou ainda o envio da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).
- 8.25 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o (a) Pregoeiro (a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.
- 8.26 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 8.27 Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.
- 8.28 Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.
- 8.29 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.29.1- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do (a) Pregoeiro (a), que comprove:
- 8.29.1.1- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.29.1.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.30 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do art. 59 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, o seguinte procedimento:
- 8.30.1 - Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- 8.30.2 - Os referidos custos poderão ser comprovados, por exemplo, pela apresentação de Notas Fiscais ou por contrato, acompanhado da planilha de custos e notas fiscais.
- 8.31 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).**
- 8.32 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo (a) Pregoeiro (a).



8.33 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.34- No julgamento da habilitação e das propostas, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.35 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE (ART. 60 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

8.35.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será assegurada preferência, sucessivamente:

8.35.1.1. à disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.35.1.2. à avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

8.35.1.3. ao desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto Federal nº 11.430/2023;

8.35.1.4. à declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto Federal nº 12.304/2024.

8.35.2. Persistindo o empate, preferência sucessiva a empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro; empresas brasileiras; empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País; empresas que comprovem a prática de mitigação climática.

8.35.3. Esgotados os critérios, sorteio em ato público.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de lances e da negociação, quando houver, o Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar o envio dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo estabelecido neste Edital.

9.1.1 - A documentação exigida poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.1.2 - A habilitação será verificada por meio do SICAF. Os documentos não contemplados no SICAF serão enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo licitante no chat, antes do término do prazo.

9.1.3 Não será exigida vistoria prévia ao local de execução; a apresentação da proposta presume o pleno conhecimento das condições de execução, conforme art. 63, III, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2 Após o envio dos documentos, o Agente de Contratação/Pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 14.133/2021. O (a) Pregoeiro (a) verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação.

9.2.1. A habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada, prioritariamente, mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e aos demais sistemas oficiais de consulta, quando aplicáveis.

9.2.2. Caso os documentos exigidos para habilitação estejam válidos e disponíveis para consulta no SICAF ou em sistemas oficiais de acesso público, ficará dispensada sua apresentação pelo licitante.

9.2.3. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar apenas os documentos de habilitação que não estiverem disponíveis no SICAF, que apresentarem prazo de validade expirado, pendências, inconsistências ou que não puderem ser obtidos por meio de consulta eletrônica.

9.2.4. Os documentos solicitados nos termos do item anterior deverão ser encaminhados



exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no prazo estabelecido neste Edital, contado da convocação realizada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

9.2.5. A não apresentação dos documentos solicitados no prazo fixado, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, implicará a inabilitação do licitante, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar seja desclassificado ou inabilitado, o Agente de Contratação/Pregoeiro convocará o licitante subsequente, na ordem de classificação, para apresentar a proposta atualizada e os documentos de habilitação, no mesmo prazo previsto neste Edital.

9.4 A inobservância aos prazos elencados neste edital, ou ainda o envio dos documentos de habilitação com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante.

9.5 A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou publicação em órgão da imprensa oficial. Em caso de dúvidas quanto a veracidade/autenticidade do documento poderá, ser verificada pela Equipe de Apoio, através de consulta via Internet aos “sites” dos órgãos emitentes dos documentos, conforme Acórdão 2036/2022 – Plenário do TCU.

9.6 Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 10 (dez) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

9.7 O não envio dos documentos de habilitação no prazo fixado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro acarretará a inabilitação do licitante, salvo motivo devidamente justificado e aceito, podendo ser convocado o licitante subsequente.

9.8 A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.9 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.12 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



9.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.18 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, apenas os documentos comprobatórios de habilitação e qualificação que não puderem ser obtidos mediante consulta ao SICAF ou a outros sistemas oficiais, ou que se encontrem vencidos, pendentes ou insuficientes para comprovação do atendimento às exigências deste Edital:

9.19 - Habilitação jurídica

9.19.1 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.19.2 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.19.3 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.19.4 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.19.5 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

9.19.6 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.19.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.19.8 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.20 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



- 9.20.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.20.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 9.20.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20.5.1 – Caso a empresa licitante seja isenta de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, a mesma deverá apresentar a comprovação de isenção;
- 9.20.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20.7 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais;
- 9.20.8 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.
- 9.20.9 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20.10 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.21 - Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 9.21.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.21.3 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.21.4 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.21.5 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.21.6 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos conforme definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.21.7 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo 2% (dois por cento) do valor total estimado da contratação;
- 9.21.8 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.22 - Qualificação Técnica

- 9.22.1 - Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, em favor da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os



dados da contratada, que comprove que a licitante entregou os bens em prazo, características e quantidades compatíveis os descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

10 - DEMAIS DOCUMENTOS

10.1 - Declaração conjunta, expressa, de que o licitante:

- a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);
- b) declaração de enquadramento em ME ou EPP;
- c) Se o licitante participante for Microempreendedor Individual deverá apresentar o Certificado da Condição caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ou a Declaração de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;
- d) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;
- e) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, definidas do Edital;
- h) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- j) que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, de acordo com os dispositivos legais;
- k) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- l) a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.
- m) de idoneidade
- n) declaração de que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- o) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

10.2 - Os documentos que não tiverem data de validade serão considerados válidos se emitidos nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, COM EXCEÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: CNPJ, prova de inscrição no cadastro dos contribuintes municipal e/ou estadual, os comprovatórios da habilitação jurídica, ou quando for o caso.

11. DOS RECURSOS

11.1 - Proferida a decisão que declarar o vencedor na Plataforma LICITANET, a PREGOEIRA



INFORMARÁ AOS LICITANTES, POR MEIO DA PLATAFORMA, QUE PODERÃO INTERPOR RECURSO imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando paratanto, exclusivamente, em campo próprio disponibilizado no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, sob pena de preclusão;

11.2 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, opção RECURSO, observados os prazos estabelecidos.

11.6 A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o (a) Pregoeiro (a) remeterá o processo à autoridade competente, propondo a adjudicação do objeto do certame ao vencedor e a homologação do procedimento licitatório.

11.7 Na hipótese de interposição, o recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos

11.8 O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9 - Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11.10 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.11 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.12 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.13 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.14 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, no que tange a fase externa.

11.15 - No que tange a parte que não for referente ao sistema, deverá ser formalmente solicitada vista dos autos, via Protocolo na Prefeitura Municipal de Bom Jardim/RJ, situado à Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim/RJ, sendo devidamente protocolizada e dirigida à Procuradoria Jurídica do Município de Bom Jardim/RJ.

11.16 - O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA



12.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que acarrete na anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão de eventuais recursos apresentados.

13.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Vide Termo de Referência

15 –DA SUBCONTRATAÇÃO

Vide Termo de Referência

16 – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Vide Termo de Referência

17 - EXECUÇÃO DO OBJETO

Vide Termo de Referência

18 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Vide Termo de Referência

19 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Vide Termo de Referência

20 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Vide Termo de Referência

21 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Vide Termo de Referência

22 – VIGÊNCIA DO CONTRATO

Vide Termo de Referência

23 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA CONTRATUAL

23.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar e retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sendo cientificada de que sua omissão ensejará decaimento do direito à contratação, sem prejuízo à aplicação das penalidades dispostos no instrumento convocatório e seus anexos.

23.2 – Alternativamente ao comparecimento perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a licitante vencedora poderá enviar o termo de contrato ou aceite assinado mediante correspondência



postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico com a respectiva assinatura digital, cujo marco do cumprimento será contado a partir da data de postagem.

23.3 – O aceite de nota de empenho ou instrumento equivalente, emitida à licitante vencedora, implica no reconhecimento que:

23.3.1 – A nota ou instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/21;

23.3.2 – A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no instrumento convocatório e seus anexos.

23.4 – O prazo para assinar, aceitar ou retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela parte durante o seu transcurso e tenha ocorrido fato justificado aceito pela Administração.

23.5 – Serão aceitos os contratos assinados de forma eletrônica, desde que a assinatura digital seja reconhecida pelo sistema brasileiro de certificação digital, operado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras- ICP-Brasil.

23.6 – Como requisito para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas no instrumento convocatório e seus anexos.

24 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

24.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

24.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

24.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

24.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

24.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

24.1.5- fraudar a licitação

24.1.6- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

24.1.7- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

24.1.8- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

24.2- Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

24.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

24.6- Na aplicação da sanção de multa será concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial, para recolhimento da multa fixada e/ou apresentação de defesa do interessado.

24.7- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 24.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

24.8- A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.9 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

24.10- Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

24.11- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

24.12- aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

24.13 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Bom Jardim, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



24.14 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

25 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.2- A simples participação na presente licitação, caracterizada pela inscrição e credenciamento para participar do pregão, implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital e de seus anexos, aos quais se submete; implica, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório e seus anexos caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo os mesmos suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer indenização.

25.3- A fidelidade e legitimidade de todos os documentos, informações e declarações prestadas em atendimento às normas deste instrumento editalício sujeitam-se às penas da lei. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado; ou, caso tenha sido avencedora, na rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

a. Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.

b. As comunicações decorrentes de eventuais recursos, bem como quaisquer outras comunicações poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, dar-se-ão por meio de publicações no link <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>.

c. O (a) Pregoeiro (a), se entender conveniente ou necessário, poderá utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

d. As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

e. Muito embora os documentos estejam apresentados de forma individualizada, todos eles se completam, sendo que cada proponente deverá, para a apresentação de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como eventuais outros documentos, ao se valer do edital e anexos, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do certame e a formalização da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

f. O (a) Pregoeiro (a), conforme o caso poderá, no interesse da Administração Pública, relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometa a lisura e o caráter competitivo desta licitação.

g. Reserva-se à pregoeira o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

h. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para recebimento de propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

i. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicáveis.

j. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo



da Comarca de Bom Jardim/RJ.

k. É responsabilidade do Licitante, o acompanhamento de todos os andamentos do presente processo licitatório pelos links: <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>.

l. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

m. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

n. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

o. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

p. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

q. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

r. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

s. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.4- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.bomjardim.rj.gov.br> e <https://www.licitanet.com.br/>

26 – ANEXOS DO EDITAL:

26.1- ANEXO I – Termo de Referência

26.2 - ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

26.3 – ANEXO III – Declaração conjunta, expressa, de que o licitante: (a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99); (b) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital; e (c) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

26.4 - ANEXO IV – CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

26.5 - ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Carlos Augusto Sardinha Nunes
Supervisor de Gestão e Compras

Luciana Lattanzi Mota Menezes
Secretária Municipal de Educação



EDITAL
PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2026
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3349/26

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

A presente demanda refere-se à aquisição de brinquedos, jogos e materiais pedagógicos para atender à Escola em Tempo Integral Leopoldo Erthal, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação.

1.1 – DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/C ATSER	UNID. DE MEDIDA	QUANTI DADE
1	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA , Material plástico, retangular, transparente, com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 30 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.	482937	UNID	20
2	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA , Material plástico, retangular, transparente, com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 45 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.	608462	UNID	20
3	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA , Material plástico, retangular, transparente, com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 80 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.	433046	UNID	20
4	ESPELHO RETANGULAR DE CHÃO COM SUPORTE CORPO INTEIRO . Medidas aproximadas mínimas: 100x30cm. Espessura da Moldura: 4cm, preto. Moldura em ABS com pintura em tons fosco/fosco de alta resistência. Espelho 3mm. Proteção no verso do espelho e kit de instalação (suporte) incluso. Produto aprovado pelo INMETRO.	328427	UNID	02
5	ESTOJO PARA HIGIENE PESSOAL (TIPO NECESSAIR) COM ALÇA E LISAS Desenho do tecido: Lisa; Tipo de fechamento: zíper. Quantidade de compartimentos; 01. Material principal: nylon. Dimensões: 17cm de comprimento x 9cm de largura x 11cm de altura. Cor: azul marinho. Produto aprovado pelo INMETRO.	630654	UNID	90
6	GARRAFA Squeeze Térmica , 350ml, Inox, Tampa Abre e Fecha Fácil, Conserva Bebidas Geladas por 24h (Azul) Produto aprovado pelo INMETRO.	633522	UNID	90
7	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA . Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO P medidas aproximadas (4-6) - 52-58cm (Busto) 56-62cm (Cintura) 68cm	621694	UNID	02



	(Comprimento). Produto aprovado pelo INMETRO.			
8	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA. Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO M medidas aproximadas (8-10) - 60-66cm (Busto) 62-68cm (Cintura) 83cm (Comprimento). Produto aprovado pelo INMETRO.	621694	UNID	02
9	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA. Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda. TAMANHO G medidas aproximadas (10-12) - 64-72cm (Busto) 66-74 cm (Cintura) 103cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	621694	UNID	02
10	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA. Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO GG medidas aproximadas (14-16) - 72-80cm (busto) 74-82 (Cintura) 125cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	621694	UNID	02
11	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO P medidas aproximadas (4-6) - 52-58cm (Busto) 56-62cm (Cintura) 68cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	621848	UNID	02
12	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster. No mínimo 5 peças. TAMANHO M medidas aproximadas (8-10) - 60-66cm (Busto) 62-68cm (Cintura) 83cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	621848	UNID	02
13	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa. Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO G medidas aproximadas (10-12) - 64-72cm (Busto) 66-74 cm (Cintura) 103cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	621848	UNID	02
14	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO GG medidas aproximadas (14-16) - 72-80cm (busto) 74-82 (Cintura) 125cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	621848	UNID	02
15	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor rosa claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

16	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor rosa claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	10
17	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor azul claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	10
18	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor azul claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	10
19	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor amarelo. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	10
20	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor amarelo. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	10
21	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU - Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho M (veste 5 a 6 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	621696	UNID	03
22	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU - Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho G (veste 7 a 8 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	621696	UNID	03
23	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU - Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho GG (veste 9 a 11 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	621696	UNID	03
24	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho P.: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	621584	UNID	02
25	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho M: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	621584	UNID	02
26	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho G: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	621584	UNID	02



27	FANTASIA FOLCLORE INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA - 01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.	621586	UNID	02
28	FANTASIA FOLCLORE INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA - 01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	621586	UNID	02
29	FANTASIA FOLCLORE INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA - 01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.	621586	UNID	02
30	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.	622152	UNID	05
31	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	622152	UNID	05



32	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.	622152	UNID	05
33	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho GG. Produto aprovado pelo INMETRO.	622152	UNID	05
34	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.	617785	UNID	05
35	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	617785	UNID	05
36	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.	617785	UNID	05
37	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho GG. Produto aprovado pelo INMETRO.	617785	UNID	05
38	FECHO DE CONTATO ADESIVADO, SIMILAR AO VELCRO – Medidas aproximadas: Largura: 25mm (2,5cm) - Comprimento- 5 Metros de velcro macho - 5 Metros de velcro fêmea - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Composição: poliéster e poliamida. O adesivo está presente nas duas faces da fita. Rolo com no mínimo 5m. Produto aprovado pelo INMETRO.	616496	ROLO	30
39	JOGO DE GOLFE EDUCATIVO PARA CRIANÇA. Inclui 2 tacos de golf infantis, 2 bolinhas coloridas e 2 buracos de golfe com bandeirinhas. Material: plástico. Dimensões Aproximadas: Tacos: 40 cm de comprimento; bolinhas: 5 cm de diâmetro. Buracos com bandeira: 10 cm de diâmetro.	Não localizado	UNID	06



	Produto aprovado pelo INMETRO.			
40	JOGO DA MEMÓRIA EM INGLÊS. Com no mínimo 40 peças em MDF a partir de 4 anos. Produto aprovado pelo INMETRO.	630969	UNID	15
41	JOGO DE QUEBRA-CABEÇA EM INGLÊS SOBRE ANIMAIS. No mínimo 26 peças em MDF. Dimensões aproximadas do produto (cm): 26 x 5 x 25 (alt x larg x comp). A partir de 4 anos Produto aprovado pelo INMETRO.	634026	UNID	15
42	JOGO COM FRUTAS E VEGETAIS EM INGLÊS . Com no mínimo 50 peças em MDF. 14 cartinhas, Cestinha e 40 fichas em MDF. A partir dos 3 anos. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	15
43	JOGO DE TABULEIRO EM INGLÊS. A partir dos 5 anos de idade.Quantidade mínima de itens: 54 cartelas, 4 tabuleiros, 1 saco plástico. Papel, papel-cartão e polietileno. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	15
44	JOGO LOTO LEITURA EM INGLÊS. Composto por no mínimo 156 peças, sendo 6 placas com 5 desenhos em cada uma, relativos a palavras com 4 letras: 30 palavras e as letras correspondentes, avulsas. Dimensões aproximadas do produto 20X 20X 7cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	15
45	JOGO DE DOMINÓ EM INGLÊS. Composto por no mínimo 28 peças em MDF. Produto aprovado pelo INMETRO.	447979	UNID	15
46	JOGO DA MEMÓRIA DAS CORES EM INGLÊS. Com no mínimo 30 peças em MDF. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	UNID	15
47	KIT DE TACOS/BETS COM BOLINHA DE TÊNIS. Tacos com aproximadamente de 66cm com empunhadora emborrachada; 02 (duas) casinhas em madeira; 02 (uma) bola de borracha. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	KIT	10
48	KIT DE BADMINTON: 02 raquetes (altura aproximada: 60 cm), 03 petecas e 01 bolsa. Tamanhos aproximados Peteca: 6g. 6,5cm X 6,5cm X 8,5 Cm. Dimensões aproximadas da raquete: 60cm X 20cm X 3 Cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	KIT	06
49	KIT FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA: com no mínimo 6 personagens, mãe, pai, filho, filha, avó e avô. Tamanho mínimo de 40 x 30 cm. Confeccionados em espuma, malha, tecido, feltro, fibra e ribana, com boca em plástico PET revestido de feltro, com olhos de plástico. Produto aprovado pelo INMETRO.	622761	KIT	03



50	KIT FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA: com no mínimo 6 personagens, mãe, pai, filho, filha, avô e avô. Tamanho mínimo de 40 x 30 cm. Confeccionados em espuma, malha, tecido, feltro, fibra e ribana, com boca em plástico PET revestido de feltro, com olhos de plástico. Produto aprovado pelo INMETRO.	622399	KIT	03
51	KIT FANTOCHE ANIMAIS DOMÉSTICOS: com no mínimo 07 personagens. Medida personagens entre:26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A PERSONAGENS: Vaca, Cachorro, Cavalo, Gato, Ovelha, Pintinho e Porco. Produto aprovado pelo INMETRO.	622759	KIT	03
52	KIT FANTOCHE NATUREZA, com no mínimo 07 personagens. Medida personagens entre:26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A PERSONAGENS: Sol, Lua, Estrela, Árvore, Flor, Nuvem e Fogo. Produto aprovado pelo INMETRO.	468614	KIT	03
53	KIT FANTOCHE PROFISSÕES, com no mínimo 06 personagens. Medida personagens entre:26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A PERSONAGENS: Guarda, Bombeiro, Enfermeira, Pescador, Cozinheiro, Professora e Palhaço. Produto aprovado pelo INMETRO.	405749	KIT	03
54	PACOTE DE PENAS COLORIDA PARA ARTESANATO – coloridas. Tamanho variando entre 15cm e 25cm. PCT com 100. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	PCT	05
55	PIÃO: Pião de madeira de reflorestamento com ponta arredondada. Tamanho aproximado: 10 cm altura x 4,5 Largura. Produto aprovado pelo INMETRO.	10699	UNID	15
56	PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO – Petseal A4 (220x307x 0,05mm) Cx C/ 50 Pçs. Produto aprovado pelo INMETRO.	483798	PCT	150
57	POGOBAL. Material plástico. Dimensões mínimas Comprimento – Largura – Altura: 28cmx28cmx33cm.. Para crianças acima de 5 anos. Peso máximo até 70kg. Selo do INMETRO	Não localizado	UNID	15
58	SKATE. Dimensões aproximadas: Comprimento do produto 50(cm) Largura do produto 20(cm) Altura do produto 11(cm) Produto aprovado pelo INMETRO.	603723	UNID	20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

59	TABELA DE BASQUETE , TABELA Produzida c/ chapa fenólica naval impermeabilizada - à prova d'água Medidas aproximadas - 66 x 52 cm Espessura - 15 mm - Adesivada. ARO - 41 cm diâmetro. REDE Confeccionada em nylon seda 8 mm, c/ 11 alças. Fixada no aro através de abraçadeiras de nylon. Produto aprovado pelo INMETRO.	637758	UNID	02
60	TELA ALAMBRADO REVESTIDO PVC – Cor verde, fio 14, malha 7cm galvanizada, tamanho aproximado 1,90x25m. Rolo com 25m. Produto aprovado pelo INMETRO.	631037	ROLO com 25m	15
61	TELA PARA PINTURA 20x30 - com. tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. brancura com 100% de dióxido de titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	366899	UNID	50
62	TELA PARA PINTURA 40X50 , Tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. Brancura com 100% de dióxido de Titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	422802	UNID	50
63	TELA PARA PINTURA 35X50 , Tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. Brancura com 100% de dióxido de Titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	235493	UNID	50
64	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Azul Royal - 1,60m de largura 100% poliéster Gramatura: 120g/m linear. Produto aprovado pelo INMETRO.	479001	METRO	50
65	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Vermelho - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	479001	METRO	50
66	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Amarelo - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	479001	METRO	50
67	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Preto - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	479001	METRO	50
68	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA – Verde Bandeira - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	479001	METRO	50
69	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Laranja - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	479001	METRO	50



70	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Branco - 1,80m de largura 100% poliéster Gramatura: 120g/m linear. Produto aprovado pelo INMETRO.	479001	METRO	50
71	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo azul floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	478200	METRO	50
72	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo amarelo floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	478200	METRO	50
73	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo verde floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	478200	METRO	50
74	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo verde floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	478200	METRO	50
75	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m.Estampado: fundo laranja floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	478200	METRO	50
76	TINTA LIQUIDA PINTURA FACIAL HIPOALERGÊNICO KIDS 6 CORES. Estojo com 6 cores com no mínimo 15 ml: branca, preta, amarela, azul, verde e vermelha. No ato da entrega, o produto deverá apresentar um prazo de validade remanescente de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento definitivo pela instituição. Produto aprovado pelo INMETRO.	Não localizado	CAIXA com 6 unidades	50

1.1.1 - Os itens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme Artigo 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.

1.1.2 - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.1.3 - Na hipótese de o código CATMAT não contemplar integralmente as características e especificações técnicas do objeto descritas no processo, deverão prevalecer as especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos do processo administrativo, por representarem de forma detalhada o objeto a ser contratado.

1.2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Escola em Tempo Integral Leopoldo Erthal opera sob uma proposta pedagógica que exige a permanência do aluno por um período prolongado, demandando atividades que vão além da sala de aula tradicional. A aquisição de brinquedos, jogos e materiais pedagógicos (incluindo tecidos para oficinas e tintas faciais) justifica-se pela necessidade de oferecer oficinas de artes, teatro, psicomotricidade e ludicidade, fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos discentes.



O brincar é reconhecido como um direito fundamental garantido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constituindo um dos eixos estruturantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Nesse contexto, a utilização de jogos estruturados e materiais voltados às artes desempenha um papel pedagógico vital, pois propicia o estímulo contínuo ao raciocínio lógico e à capacidade de resolução de problemas de forma lúdica. Além disso, o manuseio de tecidos e o uso de tintas faciais e artísticas favorecem diretamente o desenvolvimento da coordenação motora fina, habilidade essencial para o processo de alfabetização e escrita. No âmbito interpessoal, tais recursos são indispensáveis para a promoção da socialização e o aprendizado do respeito às regras coletivas, fundamentais para a convivência em sociedade. Por fim, a aquisição desses itens reforça o compromisso com a educação inclusiva, servindo como suporte sensorial e lúdico indispensável para o pleno atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo a equidade no processo de aprendizagem.

A presente aquisição guarda estrita consonância com o Plano Municipal de Educação e com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, visando a melhoria dos índices de aprendizagem e a redução da evasão escolar por meio de um ambiente de ensino estimulante e equipado.

2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

2.1. Para viabilizar a aquisição dos brinquedos, jogos e materiais pedagógicos, propõe-se a realização de processo de compra por meio de **Pregão Eletrônico**, garantindo maior transparência, competitividade entre fornecedores e economicidade à Administração.

2.2. A contratação inclui atividades típicas, tais como, a entrega dos itens.

2.3. A entrega dos itens contratados será direta e de forma integral.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A Contratada deverá observar os termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual e municipal e normatizações relacionadas vigentes; e ainda:

3.1.1 - Observância às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;

3.1.2 - Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;

3.1.3 - Comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, aos animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;

3.1.4 - Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;

3.1.5 - Adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade requisitante dependente da Contratada;

3.1.6 - Garantia da prevalência dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, proibidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo processo licitatório.

Sustentabilidade:

3.2 – Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.2.1 – Como critérios e práticas de sustentabilidade, sob os aspectos socioambientais, socioeconômicos e socioculturais, deverão ser observadas, no que couber e quando aplicável, legislações como: Lei nº 14.134/2021, bem como legislação complementar, correlata e supervenientes.

Subcontratação

3.3 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

3.4 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4 - EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 – A forma de execução será DIRETA, com fornecimento INTEGRAL.

4.2 - A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens a serem entregues, o prazo máximo e o local de entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

4.3 – Os bens serão entregues em parcela única conforme ordem de fornecimento, em até 20 (vinte) dias úteis, após o recebimento da mesma, no endereço a seguir, onde serão recebidos pelo fiscal do contrato ou por servidor designado para tal:

4.3.1 – Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, localizado rua Ivanir Moraes, nº 1, lojas 101 e 102 – São Miguel, Bom Jardim/RJ, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h30, de segunda a sexta-feira.

5 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 – Será gestora do Contrato, a Secretaria Municipal de Educação, representada pela Secretária Municipal de Educação, conforme Portaria publicada no órgão de imprensa oficial do Município.

5.2 – O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.7 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.8 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.9 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais



penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.10 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.11 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.12 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.13 - O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

5.14 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atribuições dos Gestores

5.15 - O gestor promoverá o gerenciamento permanente e formal do Contrato, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

FISCAIS DO CONTRATO

5.16 – Serão fiscais do contrato os servidores nomeados pela Administração para este fim, através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.

5.17 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.18 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.19 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

5.20 - Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.21 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

5.22 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

5.23 - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.24 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as



providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

5.25 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

5.26 - Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

5.26.1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;

5.26.2 - Verificar pessoalmente e espontaneamente a execução do contrato, recebendo-os após sua conclusão;

5.26.3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;

5.26.4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;

5.26.5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;

5.26.6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens;

5.26.7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;

5.26.8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

5.26.9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

6.1.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de validade.

6.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

6.1.3 – Substituir, reparar ou corrigir, em até 24 (vinte e quatro) horas, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;

6.1.8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;

6.1.9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos;



6.1.10 – Fornecer todos os itens novos, de primeiro uso e atender integralmente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;

6.1.11 – Fornecer os itens em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, devendo os mesmos estar devidamente certificados e acompanhados do selo INMETRO em perfeito estado, original, legível e não violado, conforme exigido pela legislação vigente;

6.1.11.1 – A ausência do selo do INMETRO, sua ilegibilidade ou qualquer evidência de violação ou adulteração será motivo para recusa do recebimento do item, sendo obrigada a realizar a substituição dos produtos sem ônus para a Contratante.

7 – OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

7.1 – A Administração está sujeita às seguintes obrigações:

7.1.1 – Emitir a ordem de fornecimento e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;

7.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;

7.1.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos bens entregues, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.

7.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, CNPJ nº 44.848.243/0001-50, situado na Rua Mozart Serpa de Carvalho, nº 190, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

8.2 - Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.

Recebimento

8.3 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.4 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



8.6 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

8.7 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.8 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.10 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.11 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10(dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.11.1 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.12 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.14 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.15 – A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 – Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do



contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 – Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.20 - O prazo de 05 (cinco) dias úteis, subsequentes a data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse o limite do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com Art. 4º do Decreto Municipal nº 4.441/2023, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

8.21 - O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da liquidação da despesa, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

8.22 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A de correção monetária.

Forma de pagamento

8.23 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.24 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.27 - A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

9 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

9.4 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



9.6 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.10 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.15 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20.1 – Caso a empresa licitante seja isenta de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, a mesma deverá apresentar a comprovação de isenção;

9.21 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22 - Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

9.23 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



9.24 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.26 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.28 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.29 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.30 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos conforme definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo de 2 % (dois por cento) do valor total estimado da contratação.

9.32 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

Qualificação Técnica

9.33 - Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, em favor da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da contratada, que comprove que a licitante entregou os bens em prazo, características e quantidades compatíveis os descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

10 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 - O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026, contado a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

11 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação foi de acordo com pesquisa de preços apresentada pelo Setor de Gestão e Compras.

12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, através do Fundo Municipal de Educação.

12.2 - A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Amanda Fernandes de Almeida Pereira
Matrícula 10/3845
Responsável pela elaboração do TR



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO 3349/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

1 – PROPONENTE

Empresa:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	Fax:	
E-mail:		
Sócio Proprietário:	RG:	
CPF:		

2 – VALOR PROPOSTO PARA O FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto deste Pregão, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA, Material plástico, retangular, transparente, com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 30 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	20			
02	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA, Material plástico, retangular, transparente, com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 45 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	20			
03	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA, Material plástico, retangular, transparente, com rodinhas, com pegadores laterais, com tampa, 80 litros. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	20			
04	ESPELHO RETANGULAR DE CHÃO COM SUPORTE CORPO INTEIRO. Medidas aproximadas mínimas: 100x30cm. Espessura da Moldura: 4cm, preto. Moldura em ABS com pintura em tons fosco/fosco de alta resistência. Espelho	UNID	02			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	3mm. Proteção no verso do espelho e kit de instalação (suporte) incluso. Produto aprovado pelo INMETRO.					
05	ESTOJO PARA HIGIENE PESSOAL (TIPO NECESSAIR) COM ALÇA E LISAS Desenho do tecido: Lisa; Tipo de fechamento: zíper. Quantidade de compartimentos; 01. Material principal: nylon. Dimensões: 17cm de comprimento x 9cm de largura x 11cm de altura. Cor: azul marinho. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	90			
06	GARRAFA Squeeze Térmica, 350ml, Inox, Tampa Abre e Fecha Fácil, Conserva Bebidas Geladas por 24h (Azul) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	90			
07	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA. Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO P medidas aproximadas (4-6) - 52-58cm (Busto) 56-62cm (Cintura) 68cm (Comprimento). Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
08	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA. Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO M medidas aproximadas (8-10) - 60-66cm (Busto) 62-68cm (Cintura) 83cm (Comprimento). Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
09	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA. Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda. TAMANHO G medidas aproximadas (10-12) - 64-72cm (Busto) 66-74 cm	UNID	02			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	(Cintura) 103cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.					
10	FANTASIA INFANTIL DA CINDERELA. Material: Cetim/ Polipropileno. Características adicionais: saia longa rodada, colete com detalhes de Renda TAMANHO GG medidas aproximadas (14-16) - 72-80cm (busto) I 74-82 (Cintura) l 125cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
11	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO P medidas aproximadas (4-6) - 52-58cm (Busto) 56-62cm (Cintura) 68cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
12	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster. No mínimo 5 peças. TAMANHO M medidas aproximadas (8-10) - 60-66cm (Busto) 62-68cm (Cintura) 83cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
13	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa. Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO G medidas aproximadas (10-12) - 64-72cm (Busto) 66-74 cm (Cintura) 103cm (Comprimento) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
14	FANTASIA INFANTIL PRÍNCIPE. Com coroa, calça, terno, jaqueta e capa . Material: poliéster.No mínimo 5 peças. TAMANHO GG medidas aproximadas (14-16) - 72-80cm (busto) I 74-82 (Cintura) l 125cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

15	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor rosa claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10			
16	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor rosa claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10			
17	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor azul claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10			
18	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor azul claro. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10			
19	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento aproximado de 30 cm. Tamanho 4 a 6 anos. Cor amarelo. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	10			
20	FANTASIA DE BAILARINA SAIA DE TULE INFANTIL BAILARINA. Cetim na borda da cintura, 2 camadas de tule. Comprimento	UNID	10			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	aproximado de 30 cm. Tamanho 8 a 10 anos. Cor amarelo. Produto aprovado pelo INMETRO.					
21	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU - Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho M (veste 5 a 6 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	03			
22	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU - Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho G (veste 7 a 8 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	03			
23	FANTASIA BRUXA COM CHAPÉU - Corpo de malha, que se ajuste perfeitamente ao corpo da criança. Composição: Tecido: Malha Helanca e Forro 100% Poliéster. Tamanho GG (veste 9 a 11 anos) Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	03			
24	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho P.: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
25	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho M: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
26	FANTASIA FOLCLORE EMÍLIA - 01 Vestido da Emília com laço, 01 tiara e laço Tamanho G: Tactel Cor: Amarelo e Vermelho. Material: Poliéster, 100%. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
27	FANTASIA FOLCLORE	UNID	02			



	INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA -01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.					
28	FANTASIA FOLCLORE INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA -01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
29	FANTASIA FOLCLORE INFANTIL VISCONDE SABUGOSA COM CARTOLA -01 casaco, 01 calça, 01 cartola. Material: malha e helanca. Cor: verde e amarelo. O traje do visconde acompanha fraque manga longa de tectel verde com cauda partida, em sua lapela possui botões, camisa em helanca amarela com gola alta e sem mangas, com botões	UNID	02			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	combinando com os botões do fraque e folhas douradas imitando espiga de milho aplicadas na gola da camisa. A calça do mesmo tecido e cor do fraque, tem penças e cós liso na frente Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.					
30	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05			
31	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05			
32	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05			
33	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM LAÇO PARA MENINAS – Body com estampas coloridas em alta resolução, como corações, flores ou estrelas, e uma saia multicolorida com camadas, laços na cintura e detalhes em	UNID	05			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	poás e estrelas. Feita de 100% poliéster. Tamanho GG. Produto aprovado pelo INMETRO.					
34	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho P. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05			
35	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho M. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05			
36	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho G. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05			
37	FANTASIA INFANTIL DE PALHAÇO COLORIDO COM GRAVATA PARA MENINOS - Bermuda com suspensório, blusa regata, chapéu. Composição do tecido: 100% poliéster. Tamanho GG. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	05			
38	FECHO DE CONTATO ADESIVADO, SIMILAR AO VELCRO – Medidas aproximadas: Largura: 25mm (2,5cm) - Comprimento- 5 Metros de velcro macho - 5 Metros de velcro fêmea - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Composição: poliéster e poliamida. O adesivo está presente nas duas faces da fita. Rolo com no mínimo 5m. Produto aprovado pelo INMETRO.	ROLO	30			
39	JOGO DE GOLFE EDUCATIVO PARA	UNID	06			



	CRIANÇA. Inclui 2 tacos de golf infantis, 2 bolinhas coloridas e 2 buracos de golfe com bandeirinhas. Material: plástico. Dimensões Aproximadas: Tacos: 40 cm de comprimento; bolinhas: 5 cm de diâmetro. Buracos com bandeira: 10 cm de diâmetro. Produto aprovado pelo INMETRO.					
40	JOGO DA MEMÓRIA EM INGLÊS. Com no mínimo 40 peças em MDF a partir de 4 anos. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15			
41	JOGO DE QUEBRA-CABEÇA EM INGLÊS SOBRE ANIMAIS. No mínimo 26 peças em MDF. Dimensões aproximadas do produto (cm): 26 x 5 x 25 (alt x larg x comp). A partir de 4 anos Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15			
42	JOGO COM FRUTAS E VEGETAIS EM INGLÊS . Com no mínimo 50 peças em MDF. 14 cartinhas, Cestinha e 40 fichas em MDF. A partir dos 3 anos. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15			
43	JOGO DE TABULEIRO EM INGLÊS. A partir dos 5 anos de idade.Quantidade mínima de itens: 54 cartelas, 4 tabuleiros, 1 saco plástico. Papel, papel-cartão e polietileno. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15			
44	JOGO LOTO LEITURA EM INGLÊS. Composto por no mínimo 156 peças, sendo 6 placas com 5 desenhos em cada uma, relativos a palavras com 4 letras: 30 palavras e as letras correspondentes, avulsas. Dimensões aproximadas do produto 20X 20X 7cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15			
45	JOGO DE DOMINÓ EM INGLÊS. Composto por no mínimo 28 peças em MDF. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15			



46	JOGO DA MEMÓRIA DAS CORES EM INGLÊS. Com no mínimo 30 peças em MDF. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15			
47	KIT DE TACOS/BETS COM BOLINHA DE TÊNIS. Tacos com aproximadamente de 66cm com empunhadora emborrachada; 02 (duas) casinhas em madeira; 02 (uma) bola de borracha. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	10			
48	KIT DE BADMINTON: 02 raquetes (altura aproximada: 60 cm), 03 petecas e 01 bolsa. Tamanhos aproximados Peteca: 6g. 6,5cm X 6,5cm X 8,5 Cm. Dimensões aproximadas da raquete: 60cm X 20cm X 3 Cm. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	06			
49	KIT FANTOCHE FAMÍLIA NEGRA: com no mínimo 6 personagens, mãe, pai, filho, filha, avó e avô. Tamanho mínimo de 40 x 30 cm. Confeccionados em espuma, malha, tecido, feltro, fibra e ribana, com boca em plástico PET revestido de feltro, com olhos de plástico. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	03			
50	KIT FANTOCHE FAMÍLIA BRANCA: com no mínimo 6 personagens, mãe, pai, filho, filha, avó e avô. Tamanho mínimo de 40 x 30 cm. Confeccionados em espuma, malha, tecido, feltro, fibra e ribana, com boca em plástico PET revestido de feltro, com olhos de plástico. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	03			
51	KIT FANTOCHE ANIMAIS DOMÉSTICOS: com no mínimo 07 personagens. Medida personagens entre: 26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A	KIT	03			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	PERSONAGENS: Vaca, Cachorro, Cavalo, Gato, Ovelha, Pintinho e Porco. Produto aprovado pelo INMETRO.					
52	KIT FANTOCHES NATUREZA , com no mínimo 07 personagens. Medida personagens entre: 26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A PERSONAGENS: Sol, Lua, Estrela, Árvore, Flor, Nuvem e Fogo. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	03			
53	KIT FANTOCHES PROFISSÕES , com no mínimo 06 personagens. Medida personagens entre: 26 e 36cm de altura idade; +3anos. Material: feltro e E.V.A PERSONAGENS: Guarda, Bombeiro, Enfermeira, Pescador, Cozinheiro, Professora e Palhaço. Produto aprovado pelo INMETRO.	KIT	03			
54	PACOTE DE PENAS COLORIDA PARA ARTESANATO – coloridas. Tamanho variando entre 15cm e 25cm. PCT com 100. Produto aprovado pelo INMETRO.	PCT	05			
55	PIÃO: Pião de madeira de reflorestamento com ponta arredondada. Tamanho aproximado: 10 cm altura x 4,5 Largura. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	15			
56	PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO – Petseal A4 (220x307x 0,05mm) Cx C/ 50 Pçs. Produto aprovado pelo INMETRO.	PCT	150			
57	POGOBAL . Material plástico. Dimensões mínimas Comprimento – Largura – Altura: 28cmx28cmx33cm.. Para crianças acima de 5 anos. Peso máximo até 70kg. Selo do INMETRO	UNID	15			
58	SKATE. Dimensões aproximadas:	UNID	20			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	Comprimento do produto 50(cm) Largura do produto 20(cm) Altura do produto 11(cm) Produto aprovado pelo INMETRO.					
59	TABELA DE BASQUETE , TABELA Produzida c/ chapa fenólica naval impermeabilizada - à prova d'água Medidas aproximadas - 66 x 52 cm Espessura - 15 mm - Adesivada. ARO - 41 cm diâmetro. REDE Confeccionada em nylon seda 8 mm, c/ 11 alças. Fixada no aro através de abraçadeiras de nylon. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	02			
60	TELA ALAMBRADO REVESTIDO PVC - Cor verde, fio 14, malha 7cm galvanizada, tamanho aproximado 1,90x25m. Rolo com 25m. Produto aprovado pelo INMETRO.	ROLO com 25m	15			
61	TELA PARA PINTURA 20x30 - com. tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. Branca com 100% de dióxido de titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	50			
62	TELA PARA PINTURA 40X50 , Tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. Branca com 100% de dióxido de Titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	50			
63	TELA PARA PINTURA 35X50 , Tecido próprio para pintura, absorção correta das tintas conferindo um bom rendimento e ótimo resultado. Branca com 100% de dióxido de Titânio sem adição de clareadores. Produto aprovado pelo INMETRO.	UNID	50			
64	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Azul Royal - 1,60m de largura 100% poliéster Gramatura: 120g/m linear. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
65	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Vermelho - 1,60m de largura 100%	METRO	50			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

	poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.					
66	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Amarelo - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
67	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Preto - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
68	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Verde Bandeira - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
69	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Laranja - 1,60m de largura 100% poliéster. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
70	TECIDO MALHA LIGHT HELANCA - Branco - 1,80m de largura 100% poliéster Gramatura: 120g/m linear. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
71	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO - 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m. Estampado: fundo azul floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
72	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO - 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m. Estampado: fundo amarelo floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
73	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO - 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m. Estampado: fundo verdelho floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
74	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO - 100% algodão, medidas mpinimas 1,40x1,00m. Estampado: fundo verde floral. Produto	METRO	50			



	aprovado pelo INMETRO.					
75	TECIDO CHITA CHITINHA CHITÃO – 100% algodão, medidas mínimas 1,40x1,00m. Estampado: fundo laranja floral. Produto aprovado pelo INMETRO.	METRO	50			
76	TINTA LIQUIDA PINTURA FACIAL HIPOALERGÊNICO KIDS 6 CORES. Estojo com 6 cores com no mínimo 15 ml: branca, preta, amarela, azul, verde e vermelha. No ato da entrega, o produto deverá apresentar um prazo de validade remanescente de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento definitivo pela instituição. Produto aprovado pelo INMETRO.	CAIXA com 6 unidades	50			
TOTAL						

3 – Declaro para os devidos fins que nos valores propostos são exequíveis e estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

4 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação, bem como de seus anexos.

5 – LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

Validade da Proposta: Contar o prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (sessenta) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

ENDEREÇO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS:

BANCO :

AGÊNCIA:

CONTA:

OPERAÇÃO:

NOME DA EMPRESA E SEU REPRESENTANTE LEGAL

, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Proponente



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
ANEXO III - DECLARAÇÃO ÚNICA

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);

b) declaração de enquadramento em ME ou EPP;

c) Se o licitante participante for Microempendedor Individual deverá apresentar o Certificado da Condição caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ou a Declaração de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP;

d) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;

e) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

g) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, definidas do

Edital;

h) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

j) que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, de acordo com os dispositivos legais;

k) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

l) a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou representantes com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, de gestores públicos (servidores e agentes políticos) ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, envolvidos no procedimento licitatório.

m) de idoneidade

n) declaração de que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa e que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO Nº 3349/26
FLS. _____

o) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

,__de__de 2026.

LOCAL E DATA

Assinatura Digital:

OBSERVAÇÕES:

1) TODAS AS FOLHAS DEVERÃO SER CARIMBADAS E ASSINADAS PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2026
ANEXO IV
CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local) , de de 2026.

Ao
Município de Bom Jardim/RJ.
Praça Gov. Roberto Silveira nº 44 – 2º andar
Centro-Bom Jardim – RJ.

À pregoeira

Pela presente, fica credenciado o Sr. _____, residente e domiciliado na Rua...., portador da Célula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____

Inscrita no CNPJ sob o nº _____, na Licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº _____, a ser realizada em _____

No endereço acima mencionado, às _____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpor-los, bem como assinar contratos e Atas.

Atenciosamente.

Assinatura do representante legal.

Carimbo do CNPJ.

OBS: A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário.
Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa;



EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº 0XX/ 2026
REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE
BRINQUEDOS, JOGOS E MATERIAIS
PEDAGÓGICOS PARA ATENDER À ESCOLA
EM TEMPO INTEGRAL LEOPOLDO
ERTHAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A
EMPRESA XXXXXXXXX**

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Mozart Serpa de Carvalho, nº 190 – Centro – Bom Jardim / RJ, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 44.848.243/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação **LUCIANA LATTANZI MOTA MENEZES**, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 07417086-1, expedida em 10/12/1998 pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 886.661.407-63, com endereço profissional na sede da Secretaria Municipal de Educação situada na Rua Mozart Serpa de Carvalho, nº 190 – Centro, Bom Jardim/RJ, CEP 28.660-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº. XXX, com sede na XXX, CEP XX, neste ato representada por **XXX** portadora da Carteira de Identidade nº XXX, expedida pelo XX, inscrita no CPF/MF sob o nº XX, a seguir denominada **CONTRATADA**, na modalidade Pregão Eletrônico nº .../ano, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, constante dos autos do Processo Administrativo 3349/2026, em nome da Secretaria Municipal de Educação, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações, e demais legislações pertinentes, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui o presente objeto a aquisição de brinquedos, jogos e materiais pedagógicos para atender à Escola em Tempo Integral Leopoldo Erthal, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital e seus anexos.

Parágrafo Único –Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência, no instrumento convocatório, com seus anexos, a ata de registro de preços e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o **valor total de R\$(XXXXXXX), pelo item XXX.**

Parágrafo Único - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DINÂMICA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO CONTRATO

A forma de execução será DIRETA, com fornecimento INTEGRAL.



Parágrafo Primeiro - A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens a serem entregues, o prazo máximo e o local de entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

Parágrafo Segundo – Os bens serão entregues em parcela única conforme ordem de fornecimento, em até 20 (vinte) dias úteis, após o recebimento da mesma, no endereço a seguir, onde serão recebidos pelo fiscal do contrato ou por servidor designado para tal: os itens deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, localizado rua Ivanir Moraes, nº 1, lojas 101 e 102 – São Miguel, Bom Jardim/RJ, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h30, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os documentos fiscais serão emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 44.848.243/0001-50, situado na Rua Mozart Serpa de Carvalho, nº 190, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

Parágrafo Primeiro- Deverá constar no documento fiscal a devida retenção do imposto de renda ou a sua não incidência conforme determinado no Decreto Municipal nº 4.619, de 20 de outubro de 2023, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 12 de dezembro.

Parágrafo Segundo - O pagamento será efetuado no prazo, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 4.441, de 23 de fevereiro de 2023:

I - O prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nos casos de bens recebidos cujo valor não ultrapasse o limite do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com Art. 4º do Decreto Municipal nº 4.441/2023, vedando-se o parcelamento de faturamento, solicitações de cobrança, ordens de pagamento que caracterizem inobservância da ordem cronológica estabelecidas no dispositivo citado.

II - O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo dos bens, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Parágrafo Quarto - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Parágrafo Quinto - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo Sexto – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Oitavo - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo Nono - A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total, conforme as regras previstas no presente tópico.

Parágrafo Décimo – Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



Parágrafo Décimo Primeiro - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Décimo Segundo - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Parágrafo Décimo Terceiro - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

Parágrafo Décimo Quarto - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Décimo Quinto - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Parágrafo Décimo Sexto - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Parágrafo Décimo Sétimo - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas com a seguinte dotação orçamentária: PT. 14.310.12.361.0054.2.216, ND. 3390.30.00, Cod. Reduzido: 1867.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTES DOS PREÇOS

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Parágrafo Primeiro - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO

Será gestora do Contrato, a Secretaria Municipal de Educação, representada pela Secretária Municipal de Educação, conforme Portaria publicada no órgão de imprensa oficial do Município.



Parágrafo Primeiro – O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Parágrafo Terceiro - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Parágrafo Quarto - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Parágrafo Quinto - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

Parágrafo Sexto - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

Parágrafo Sétimo - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

Parágrafo Oitavo - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

Parágrafo Nono - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

Parágrafo Décimo - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

Parágrafo Décimo Primeiro - O gestor do contrato deverá enviar a documentação para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Parágrafo Décimo Segundo - O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

Parágrafo Décimo Terceiro - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Parágrafo Décimo Quarto - O gestor promoverá o gerenciamento permanente e formal do Contrato, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

CLAUSULA NONA - FISCAIS DE CONTRATO



Serão fiscais do contrato os servidores nomeados pela Administração para este fim, através de Portaria a ser publicada no órgão de imprensa oficial do Município, em momento oportuno.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Parágrafo Segundo - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

Parágrafo Terceiro - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Parágrafo Quarto - Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

Parágrafo Quinto - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

Parágrafo Sexto - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

Parágrafo Sétimo - O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Parágrafo Oitavo - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Parágrafo Nono - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Parágrafo Décimo - Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- 1 – Realizar os procedimentos de acompanhamento da execução do contrato;
- 2 - Verificar pessoalmente e espontaneamente a execução do contrato, recebendo-os após sua conclusão;
- 3 – Apurar ouvidorias, reclamações ou denúncias relativas à execução do contrato, inclusive anônimas;
- 4 – Receber e analisar os documentos emitidos pela CONTRATADA que são exigidos no instrumento convocatório e seus anexos;
- 5 – Elaborar o registro próprio e emitir termo circunstanciando, recibos e demais instrumentos de fiscalização, anotando todas as ocorrências da execução do contrato;
- 6 – Verificar a quantidade, qualidade e conformidade dos bens;
- 7 – Recusar os bens entregues em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, exigindo sua substituição no prazo disposto no instrumento convocatório e seus anexos;
- 8 – Atestar o recebimento definitivo dos objetos entregues em acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.
- 9 – Encaminhar relatório relativo à fiscalização do contrato ao Gestor do Contrato, contendo informações relevantes quanto à fiscalização e execução do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro - A Administração está sujeita às seguintes obrigações:



- 1 – Emitir a ordem de fornecimento e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;
- 2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 3 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou servidor especialmente designado para tanto, aplicando sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações sem justificativa;
- 5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente aos bens entregues, no prazo e forma estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos.
- 6 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa execução do objeto e, ainda:

- 1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de validade.
- 2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- 3 – Substituir, reparar ou corrigir, em até 24(vinte e quatro) horas, o objeto com avarias ou defeitos;
- 4 – Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 7 – Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;
- 8 – Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;
- 9 – Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos;
- 10 – Fornecer todos os itens novos, de primeiro uso e atender integralmente as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- 11 – Fornecer os itens em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, devendo os mesmos estar devidamente certificados e acompanhados do selo INMETRO em perfeito estado, original, legível e não violado, conforme exigido pela legislação vigente;
- 11.1 – A ausência do selo do INMETRO, sua ilegibilidade ou qualquer evidência de violação ou adulteração será motivo para recusa do recebimento do item, sendo obrigada a realizar a substituição dos produtos sem ônus para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL (ART. 55, VII)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo Primeiro - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do caput da cláusula décima primeira deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
 - a- Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias
 - i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - b- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do caput, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
 - c- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput, de 15% do valor do Contrato.
 - d- Para infração descrita na alínea “b” do caput, a multa será de 15% do valor do Contrato.
 - e- Para infrações descritas na alínea “d” do caput, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
 - f- Para a infração descrita na alínea “a” do caput, a multa será de 05% a 15% do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo -A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo Décimo Primeiro - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décimo Segundo - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. **Parágrafo Segundo** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Terceiro - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Quarto - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



- 1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3 Indenizações e multas.

Parágrafo Quinto - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021)

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DURAÇÃO

O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026, contado a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim/ RJ para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim/RJ, XX de XXXX de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

XXXXXXXXXX
CONTRATADA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

PROCESSO N° 0834/26
FLS. _____